

A ANISTIA LIGHT

E é curioso — para não dizer pedagógico — como a política brasileira vive de semitons e de meia-luz, como se Brasília fosse uma espécie de penumbra permanente: nunca é dia claro, nunca é noite de breu; é sempre aquele crepúsculo em que sombras ganham tamanho de monstros e monstros aprendem a posar de sombras.

Na mesa ao lado, no café imaginário onde eu costumo arrumar a realidade para poder entendê-la, um sujeito de terno sem gravata mexe no celular como quem mexe num rosário. Cada notificação é um mistério. Ele não reza para santos; reza para pesquisas. Ali, minha alma de cronista (que tem o vício de espiar a política como quem espia um romance ruim — e, justamente por isso, irresistível) percebe o truque antigo: a anistia parcial, morna, “responsável”, “institucional”, essa palavra que no Brasil virou perfume de gabinete, não resolve o enredo; apenas muda o cartaz do cinema.

Porque o grande combustível eleitoral do capitão — e, por extensão, do filho 01, que joga como meia-armador da indignação — não é um dispositivo jurídico nem um parágrafo de lei. É uma narrativa. E narrativa é o que este país mais produz: do bilhete premiado à tese de golpe, do “foi sem querer” ao “sou vítima”, a imaginação nacional é uma usina. O Brasil é um escritor compulsivo, mas com uma peculiaridade: escreve para absolver, quase nunca para explicar.

A tal anistia light, por mais habilidosa que seja nos bastidores, tem um defeito de fabricação: ela pretende encerrar um capítulo quando o personagem principal ainda quer ser o livro. E o capitão — seja por estratégia, por temperamento, por instinto de sobrevivência ou por esse talento raro de farejar palco — entendeu uma coisa que até certos romancistas demoraram a entender: nada fideliza mais um público do que a sensação de que o herói está sendo injustiçado. A audiência adora um perseguido. A audiência perdoa muita coisa, desde que o protagonista chore com convicção. Se houver um antagonista com toga, melhor ainda: a toga, no imaginário, dá ao conflito a aura de tragédia — e tragédia, como ensinou o teatro antigo, é o gênero mais eficiente para transformar culpa em destino.

O “centrão”, esse saco de gatos que não mia: negocia, imagina que pode esterilizar a chama com um copo d’água legislativo. Mas fogo de narrativa não se apaga assim; fogo de narrativa, às vezes, se alimenta. A meia-anistia pode virar a prova viva de que existe algo a ser anistiado — e, sobretudo, de que *não foi tudo*: “Viu? Se concederam um pouco, é porque reconhecem que exageraram do outro lado.” É nessa fresta lógica, nessa rachadura da racionalidade, que se instala o mito. A

política brasileira não gosta de portas; gosta de frestas. É pela fresta que entra o vento da paranoia e também a brisa do oportunismo.

O filho 01, então, faz o que qualquer herdeiro de enredo faria: pega a ambiguidade e a vende como certeza. A anistia light vira não um gesto de pacificação, mas uma confissão involuntária do sistema. E aí o pedido de “liberdade total” se transforma numa espécie de prova de amor: quem ama o capitão, exige tudo; quem aceita o meio-termo, é tíbio, é infiltrado, é “direita que se vende”. Numa era em que a política virou um concurso de pureza, o meio-termo é um pecado mortal. O pacto é sempre suspeito, o diálogo é sempre traição, e o pragmatismo — coitado — apanha de todos os lados, como aquele personagem secundário que tenta impedir o duelo e, por isso mesmo, leva o primeiro tiro.

E o Supremo, nessa ópera de ruídos, vira o grande vilão por excelência: não porque o público entenda processos, prazos, recursos, competência ou rito — ninguém entende, nem tem obrigação de entender —, mas porque o Supremo é uma entidade perfeita para personificar “o sistema”. Não tem rosto único (o que permite que cada um enxergue nele o rosto que mais detesta), fala difícil (o que facilita caricaturas) e decide coisas que mexem com a vida real (o que torna tudo inflamável). É o antagonista ideal para qualquer narrativa populista: distante, técnico, imune a voto, e, portanto, fácil de traduzir como “ditadura” quando convém.

Só que há uma ironia amarga: ao gritar “perseguição política” com fervor, o filho 01 não precisa provar nada; precisa apenas manter o público emocionalmente abastecido. A prova, nesse teatro, é a própria repetição. Bate-se a tecla até que a tecla vire verdade por desgaste. O Brasil tem essa mania de confundir volume com evidência. Quanto mais alto, mais “real”. E assim vamos: a política como rádio velho — não importa o conteúdo, importa a chiadeira constante que impede o silêncio, porque o silêncio faz pensar, e pensar é perigosíssimo em tempos de campanha.

Do outro lado, os que defendem a anistia light agem como se estivessem fechando um acordo comercial: “Damos isso, vocês cedem aquilo, e todo mundo segue a vida.” É o espírito de cartório aplicado ao espírito do país. Só que a vida pública brasileira não é contrato; é folhetim. A gente quer reviravolta. Quer humilhação. Quer redenção. Quer punição exemplar e, simultaneamente, quer jeitinho. Quer moral e quer carnaval. E, sobretudo, quer a sensação de que está do lado certo — mesmo que “certo” mude conforme a conveniência do próximo feriado.

A anistia, portanto, vira menos uma solução e mais um objeto cênico: uma mala na cena, que todos cobiçam, mas ninguém abre. Enquanto isso, o capitão — preso ou solto, elegível ou inelegível, absolvido ou condenado — permanece útil como ideia. E ideias, ao contrário de homens, não envelhecem tão rápido; só mudam de roupa.

O filho 01 sabe disso: se conseguir manter o pai como símbolo de injustiça, mantém um motor que não depende de fatos, depende de fé. E fé política é a moeda mais resistente: não desvaloriza com inflação, não quebra com crise; apenas muda de dono.

Nessa altura, o garçom do meu café imaginário — um sujeito chamado Realismo, com cara de quem já viu muita promessa virar pó — aproxima-se e diz, como quem dá o resumo do dia: “Doutor, aqui ninguém quer neutralizar nada. Todo mundo quer administrar o incêndio. Uns para aquecer, outros para cozinhar, outros para vender extintor.” E vai embora, deixando na mesa a conta e uma espécie de melancolia cívica.

Porque, no fundo, o que essa anistia light revela não é só a insuficiência de um arranjo; revela a nossa vocação para o remendo. O Brasil não resolve: contorna. Não enfrenta: dribla. Não cura: alivia. E, ao aliviar sem curar, cria dependência — a dependência do próximo remédio, da próxima emenda, do próximo acordo que promete “virar a página” enquanto, por baixo da mesa, alguém já rascunha o capítulo seguinte.

E aí está o nó: o principal trunfo eleitoral do filho 01 não é jurídico; é psicológico. Ele exige “liberdade total” não apenas porque quer um desfecho favorável, mas porque entende que a exigência, em si, é um palanque. A exigência é uma performance. A exigência cria um mundo simples: de um lado, o pai; do outro, a máquina. E quanto mais simples o mundo, mais fácil é vendê-lo.

No fim do dia, Brasília seguirá com seu crepúsculo habitual: um bando de gatos dentro de um saco, miando em dialetos diferentes, mas concordando numa coisa só — ninguém quer perder o osso. E nós, aqui embaixo, assistiremos ao espetáculo com a familiar mistura de indignação e vício, como quem reclama da novela mas não perde o capítulo.

Só que crônica tem a obrigação de ser um pouco cruel com a realidade — para não ser cúmplice dela. Então deixo a pergunta (sim, meu caro leitor, porque a intimidade é a última defesa contra a loucura pública): **a anistia light não neutraliza o trunfo do filho 01 porque ela não disputa o terreno onde a eleição se decide — o terreno da narrativa.** E narrativa, no Brasil, não se negocia em gabinete: se combate com coragem, com clareza, com uma pedagogia cívica que este país adia como quem adia consulta médica.

Enquanto isso não vem, o capitão continuará sendo menos um homem e mais um espelho. E espelho é perigoso: cada um vê nele aquilo que já trouxe pronto por dentro.